

Nas engrenagens da cultura

O sociólogo Sergio Miceli estudou a história dos intelectuais, sem fazer concessões

ANA BEATRIZ RANGEL

Reconhecido como um dos principais pensadores do campo da sociologia da cultura no Brasil, Sergio Miceli investigou sobretudo a história dos intelectuais, mas, ao longo de seu percurso acadêmico, voltou também o olhar para temas que vão dos programas de auditório televisivos à elite eclesiástica. Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), o sociólogo morreu no dia 12 de dezembro, aos 80 anos, em decorrência de um câncer no fígado.

Segundo a socióloga Maria Armin da do Nascimento Arruda, docente da FFLCH-USP e vice-reitora daquela universidade, Miceli “dessacralizou a vida

intelectual brasileira” e instituiu um novo paradigma de análise dos fenômenos culturais no país ao romper com as interpretações que pensavam a produção artística e intelectual em uma esfera à parte das relações sociais.

Isso se deu na obra que se transformou em um clássico da sociologia da cultura: *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920-1945). “Foi um livro inovador. As análises sobre a origem social dos intelectuais na chamada República Velha [1889-1930] e da Era Vargas [1930-1945] se tornaram referência para a elucidação das relações entre a produção simbólica e, por exemplo, o processo de formação familiar”, afirma a pesquisadora.

Originalmente publicado pela editora Difel, em 1979, a convite do sociólogo e

depois presidente da República (1995-2002) Fernando Henrique Cardoso, o livro é fruto da tese de doutorado de Miceli. Defendida em 1978, na USP, com dupla titulação pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França, a pesquisa foi orientada pelos sociólogos Leôncio Martins Rodrigues (1934-2021) e Pierre Bourdieu (1930-2002).

A relação com Bourdieu se iniciou por carta, quando o jovem pesquisador brasileiro organizava para a editora Perspectiva, no início da década de 1970, uma coletânea de artigos do sociólogo francês, então pouco conhecido no país. A publicação saiu em 1974, com o título de *Economia das trocas simbólicas*.

Logo em seguida, Miceli pleiteou a orientação de Bourdieu, sendo aceito.



Miceli em registro de 2017

“Na tese, Miceli mostra a ligação de nomes como Monteiro Lobato [1882-1948], Oswald de Andrade [1890-1954], Mário de Andrade [1893-1945] e Carlos Drummond de Andrade [1902-1987] com a classe dirigente”, diz o sociólogo Marcelo Ridenti, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Na banca de defesa da tese estava o sociólogo e crítico literário Antonio Candido (1918-2017), que fez duras críticas ao trabalho, mas acabou assinando o prefácio do livro, sem abrir mão dos questionamentos levantados. Em entrevista à *Revista Estudos de Sociologia*, veiculada em 2019, Miceli contou que a forma com que ele abordou a trajetória de certas personalidades do meio literário e intelectual foi um dos pontos que desagradaram Candido. “A arguição envolvia certa voltagem de testemunho: ele havia conhecido algumas das figuras mencionadas no trabalho e se mostrou um pouco chocado com a objetivação com que foram tratadas na tese”, lembrou.

Entre 2009 e 2013, Miceli coordenou o projeto temático “Formação do campo intelectual e da indústria cultural no Brasil contemporâneo”, realizado com apoio da FAPESP. “Venho de outra tradição teórica, mas aprendi bastante com Miceli, sempre disposto a questionar as representações que os intelectuais fazem de si mesmos”, afirma Ridenti, um dos integrantes do projeto. Segundo o pesquisador, os debates com Miceli e colegas do temático o ajudaram na formulação do estudo que resultaria mais tarde no livro *O segredo das senhoras americanas* (Editora Unesp, 2022), em que trata da atuação de intelectuais brasileiros durante a Guerra Fria, no período entre os anos 1950 e 1960.

A indústria cultural no Brasil já havia sido abordada por Miceli em sua dissertação de mestrado, defendida na USP, em 1971, também sob orientação de Leôncio Martins Rodrigues. Essa foi a primeira incursão do pesquisador carioca no universo acadêmico paulista – ele se graduou em ciências políticas e sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 1967. Intitulado “A noite da madrinha: Ensaio sobre a indústria cultural no Brasil”, o trabalho saiu em livro pela Editora Perspectiva em 1972 e posteriormente pela Companhia das Letras (2005). Nele, Miceli analisa o

programa de auditório apresentado por Hebe Camargo (1929-2012) na televisão, na década de 1960.

Como explica o sociólogo André Botelho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a indústria cultural é um tema recorrente em estudos acadêmicos dos anos 1960 e 1970, inclusive na sociologia. Na ocasião, o grande referencial teórico era a Escola de Frankfurt. “Miceli não seguiu a abordagem frankfurtiana, mais filosófica, e tomou um caminho empírico, sociológico”, diz o pesquisador. “Ele mostrou como, ao assumir as personas de mãe, filha, esposa e dona de casa, Hebe reforçava os estereótipos femininos e veiculava um discurso ideológico que encontrava eco no conservadorismo da sociedade brasileira durante a ditadura militar [1964-1985].”

Miceli explicitou ao longo de sua obra a teia de relações familiares que formou a intelectualidade no Brasil, mas não deixou de refletir sobre si mesmo a partir desse viés. Na mesma entrevista à *Revista Estudos de Sociologia*, ele revela que sua obra tem um aspecto autobiográfico. “Vim de uma família de imigrantes italianos calabreses, distantes do universo cultural. Meu tio [materno] foi o primeiro a entrar na faculdade. Meu pai provinha de uma família decadente do Vale do Paraíba, que também era distante da cena cultural. Eis o que enxergo de autobiográfico: a indagação de como alguém como eu se torna intelectual”, contou. No depoimento, relata ainda que

Na tese de doutorado que virou livro, Miceli analisou a relação de intelectuais com a classe dirigente no país

sua inserção nessa seara se deu por meio do tio materno mencionado anteriormente, Armando, que era redator-chefe do jornal carioca *Correio da Manhã* e o ajudou a custear os estudos.

A trajetória acadêmica do sociólogo foi marcada por uma profícua produção editorial: ele escreveu e organizou mais de 40 livros, incluindo *A elite eclesiástica brasileira* (Bertrand, 1988), *Imagens negociadas* (Companhia das Letras, 1996) e *Nacional estrangeiro* (Companhia das Letras, 2003). Em 1989 saiu em dois volumes *História das ciências sociais no Brasil* (Editora Sumaré), obra coletiva que coordenou no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) e reuniu autores como os cientistas políticos Maria Hermínia Tavares de Almeida e Fernando Limongi.

A relação com a obra de Bourdieu é outra marca registrada. “Miceli tomava como variáveis explicativas as origens de classe, as tensões familiares, os projetos de carreira, os constrangimentos produzidos pelo mercado e pelo Estado e mesmo as pulsões afetivas. São aspectos encontrados na obra de Bourdieu, mas ele filtrava essa influência de modo original, atento ao contexto brasileiro”, comenta o sociólogo João Marcelo Maia, da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-CPDOC), no Rio de Janeiro.

Antes de ingressar como professor na USP em 1989, Miceli lecionou, por exemplo, na FGV (1971-1986), em São Paulo, e na Unicamp (1984-1985). Atuou como professor visitante em diversas universidades estrangeiras, como Stanford, nos Estados Unidos. Além disso, engajou-se em diversos papéis institucionais, entre eles o de secretário-executivo da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), de 1983 a 1988, onde fundou a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em 1986, e o de diretor-presidente da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), na década de 1990 e também entre 2022 e 2025.

Miceli deixa os filhos Pedro, Teresa e Joaquim e a mulher, Heloisa Pontes, professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, com quem publicou o livro *Cultura e sociedade, Brasil e Argentina* (Edusp, 2014). ●